VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

SESSÃO REALIZADA NO DIA 13 DE JUNHO DE 2024

ATA NÚMERO CINQUENTA E UM

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e seis minutos, teve lugar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais:, Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carlos José Pinto Vergueiro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Jaime da Silva Quintas, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim de Sousa Rocha, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Maria Soares Gonçalves, Arménio José Pereira da Costa, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, João Morais de Sousa, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Guerra Gamboa Campos, Serafim da Silva Teixeira, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus Martins da Silva e Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira.----------

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, substituído por Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos, Carla Isabel Argueles Cáceres, substituída por José Manuel Silva Ferreira, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, substituído por Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Joaquim António Dias Tavares, substituído por Jorge Filipe Gomes Pereira, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo substituída por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído Manuel Benjamim Leite Soares, Tiago Filipe da Costa Braga substituído por Tiago Alberto Ramos Cunha, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, sendo substituída por Luís Manuel de Oliveira Carrinho, André Araújo Ferreira substituído por Beatriz Russo e Silva, Jorge Manuel dos Santos Pereira substituído por, Alcides do Couto Pereira e Pedro Petiz de Castro Viana, substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. ----------

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Alcino de Sousa Lopes, substituído por Sofia Alexandra Oliveira Ramos, Alexandra Mónica Soares Amaro, substituída por José Carlos Almeida Morais Soares, Filipe da Silva Lopes, substituído por Joaquim José Pereira da Silva e Manuel Joaquim dos Santos Azevedo substituído por Maria Eduarda Amaral Ferreira. ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes e os Senhores(as) Vereadores (as): Dário Soares Freitas da Silva, Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia, Manuel de Oliveira Guedes, Rui Manuel Alves da Rocha Pereira e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa. ----------

Estiveram ausentes, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues a senhora Vice-Presidente Marina Raquel Lopes Mendes e o Senhor Vereador José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar. ----------

Ponto 1 - Público. ----------

Senhor Eurindo Monteiro (Freguesia de Canidelo) na sua intervenção disse que iria ser uma repetição daquilo que há pouco mais de 6 meses referiu ali, saber quando resolviam o problema da ligação da Rua do Fontão com a rua Professor Orlando Teixeira. Que o Senhor Presidente, na altura, como resposta, disse não saber quando é que iriam acabar. Continuou dizendo que o trânsito aumentou 10 vezes mais, devido ao problema da construção do metro, na Rua Professor João Teixeira, onde é a Conforama, à entrada de quem vem da rua de Bustos ou da Quinta Marques Gomes ou de toda a faixa costeira para subir para a ponte da Arrábida. Há duas creches, um pavilhão, uma escola primária e uma escola de dança. A quantidade de estabelecimentos de crianças e deficientes que há ali a passar a cruzarem-se com camiões, construções até assustava. A outra questão era a urbanização Seca de Bacalhau, e desafiava os senhores vereadores da Assembleia Municipal a pedir à APDL, se a Câmara não fornecesse, verificar o que foi aprovado no tempo do senhor Heitor Carvalheiras, entre a Câmara de Gaia e APDL. Foi aprovada a urbanização da Seca do Bacalhau e verificarem o que está aprovado até ao dia 31/05/2024. Quando o Senhor Presidente tomou posse pôs um letreiro a dizer "não fui eu que aprovou junto da Marina a construção que fizeram, desafiou que pedissem informações á polis e ao Doutor Filipe Menezes". A Câmara aprovou o que a Polis aprovou porque se não o fizesse não vinha dinheiro para a construção das obras de reabilitação em Gaia, saneamento, etc.. Também estavam a destruir a Quinta Marques Gomes, esperava que continuasse com os cerca de 50000 m² de área coberta, aprovados na altura. Colocou a última questão, em relação ao trânsito

que existe devido às obras do metro, que passou a fluir muitíssimo mais pela Rua de Bustos, pela rua do Fontão, pela Encosta do Sol e rua Professor Lando ? Se era possível ainda, durante os 2 anos que faltam, fazerem alguma coisa para deixar de haver tanto trânsito. ----------

Senhora Gabriela Mesquita da Silva (Freguesia de Avintes) na sua intervenção, falou essencialmente da regulamentação do alojamento local, concretamente em Vila Nova de Gaia. Continuou a dizer que desde janeiro de 2023, o alojamento local se encontrava suspenso assim como as novas licenças em com o pretexto, de que há que haver tempo para ver a sua regularização. Na sessão ordinária de fevereiro foi aprovada por unanimidade, uma vez mais, a prorrogação do prazo para a elaboração do regulamento municipal do alojamento local e a suspensão de novos registos. Pretendia saber, volvido um ano e meio desde a suspensão dos novos registos, quanto tempo mais o município de Vila Nova de Gaia necessitará para concluir o respetivo regulamento. O Governo já indicou as suas pretensões de dar às autarquias a devida autorização para que decidam relativamente às novas licenças de alojamento local e às regras que apenas as autarquias conhecerão. Mesmo sabendo que a realidade de Vila Nova de Gaia, a realidade do Município do Porto, é bastante diferente, no sentido de que é claro que o turismo prolifera no Porto, e estando em crescente desenvolvimento em Vila Nova de Gaia, será que querem prorrogar indefinidamente a suspensão dos novos registos? Deixou 4 perguntas concretas: que estudos já foram feitos de forma a conhecer melhor o mercado do nosso município, de forma a conhecer o nosso público, de forma a conhecer os nossos cidadãos e que regulamentos ou regras relativas ao alojamento local. Se Existia efetivamente alguma equipa destacada e especializada para o efeito, porque a regulamentação exigia algum conhecimento, conhecimento de leis e decretos-lei. Até quando o cenário de incerteza e qual a data prevista para a aprovação e a entrada em vigor desse mesmo regulamento.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Dário Silva disse ser breve porque as questões foram muito diretas. No caso concreto o assunto do senhor Eurindo, dizer que efetivamente as obras traziam constrangimentos, era verdade, constrangimentos para todos. Em Vila Nova de Gaia não eram exceção e, apesar de tudo, o investimento que está a ser feito, nomeadamente na importante construção da linha Rubi, é óbvio que traz constrangimentos às pessoas, mas que depois serão revertidos em benefícios. Continuou a reconhecer que estavam numa fase de algum ajustamento do ponto de vista de tráfego, eram situações completamente novas. As pessoas de uma forma ou outra, estavam a organizar-se pessoalmente para encontrar os melhores caminhos para os seus percursos pessoais e acreditava que isso ~~tende a~~ iria estabilizar e, sem melhorar a 100%, porque não seria possível usufruir daquilo que não existia e havia uma data de arruamentos que estavam com constrangimentos. No caso daqueles processos que levantaram dúvidas ao munícipe os mesmos são públicos podem ser consultados apenas com um requerimento. Há cerca de 1 mês e meio atrás, um pouco por todo o Concelho, até porque as condições climatéricas permitiram um conjunto alargado de intervenções de requalificações, de regulamentos e do ponto de vista da melhoria dos

arruamentos, eles são significativos e tem havido um esforço muito grande para que isso aconteça. Acrescentou que as licenças continuam suspensas, e não há nenhuma regulamentação municipal que se sobreponha à suspensão das licenças de qualquer maneira. Relativamente ao prazo que foi acordado, que está aprovado até pela própria Assembleia da suspensão até agosto, considera isso um tempo de trabalho, a Câmara Municipal teve capacidade para elaborar o anterior funcionou enquanto esteve em vigor e terá o devido ajuste, porque não se trata de um regulamento novo. É uma questão de ajustamento do próprio regulamento. Tranquilizou a munícipe dizendo que os serviços municipais têm competência técnica suficiente para o fazer e, o esboço era um documento interno.----------

Ponto 2 - Leitura, Discussão e Votação de Atas ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 44 de 22 de fevereiro de 2024.

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos, Jorge Filipe Gomes Pereira, José Carlos Almeida Morais Soares, José Manuel Silva Ferreira, Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira, Carlos José Pinto Vergueiro, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Joaquim José Pereira da Silva, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, João Morais de Sousa, Manuel Benjamim Leite Soares, Maria Eduarda Amaral Ferreira, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Tiago Alberto Ramos Cunha, Nelson Jesus Martins da Silva, Luís Manuel de Oliveira Carrinho, Beatriz Russo e Silva e Alcides do Couto Pereira.----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 45 de 29 de fevereiro de 2024.

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos, Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, José Carlos Almeida Morais Soares, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Joaquim José Pereira da Silva, Jaime da Silva Quintas, Jorge Filipe Gomes Pereira, Joaquim César Ramos Rodrigues, Maria Eduarda Amaral Ferreira, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Tiago Alberto Ramos Cunha, Luís Manuel de Oliveira Carrinho, Beatriz Russo e Silva e Alcides do Couto Pereira.----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 46 de 14 de março de 2024.----

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: José Carlos Almeida Morais Soares, Arménio José Pereira da Costa, Joaquim César Ramos Rodrigues, Maria Eduarda Amaral Ferreira, Manuel Paulo de Jesus Lopes, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Natália Maria Soares Gonçalves, Tiago Alberto Ramos Cunha, Paulo José Melo Martins, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Nelson Jesus Martins da Silva, Luís Manuel de Oliveira Carrinho, e Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto.----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 47 de 25 de março de 2024.----

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Sofia Alexandra Oliveira Ramos, José Carlos Almeida Morais Soares, José Manuel Silva Ferreira, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Maria Eduarda Amaral Ferreira, Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Natália Maria Soares Gonçalves, Tiago Alberto Ramos Cunha e Beatriz Russo e Silva. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 48 de 18 de abril de 2024. ------

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos, Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, José Manuel Silva Ferreira, Maria Eduarda Amaral Ferreira, Tiago Alberto Ramos Cunha, Luís Manuel de Oliveira Carrinho, Beatriz Russo e Silva e Alcides do Couto Pereira.----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 49 de 29 de abril de 2024. ------

Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Sofia Alexandra Oliveira Ramos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, Joaquim José Pereira da Silva, Maria Eduarda Amaral Ferreira, Serafim da Silva Teixeira, Tiago Alberto Ramos Cunha, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Nelson Jesus Martins da Silva, Luís Manuel de Oliveira Carrinho e Beatriz Russo e Silva.----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 50 de 09 de maio de 2024.------

Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos, Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, José Manuel Silva Ferreira, Jorge Filipe Gomes Pereira, Maria Eduarda Amaral Ferreira, Serafim da Silva Teixeira, Tiago Alberto Ramos Cunha, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Nelson Jesus Martins da Silva, Luís Manuel de Oliveira Carrinho, Beatriz Russo e Silva e Alcides do Couto Pereira. ----------

Senhor Presidente da União de Freguesias de Santa Marinha e Afurada, Manuel Paulo Jesus Lopes na sua intervenção, apresentou um **Voto de Louvor** ao Sporting Clube de Coimbrões, também subscrito pelo Grupo Municipal do PSD, conforme documento em anexo **(vide anexo 1)**. ----------

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima na sua intervenção, apresentou um **Voto de Saudação** a Sandro Patrício Correia Baessa que conquistou na madrugada de 24 de maio a medalha de prata dos 1500 M T20, deficiência intelectual, do Campeonato do Mundo de Atletismo Paralímpico, conforme documento em anexo **(vide anexo 2)**.----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta do PS e subscrito pelo Grupo Municipal do PSD "Sporting Clube de Coimbrões". ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Saudação, apresentado pelo Grupo Municipal do PS e do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta do PS a "Sandro Baessa pela conquista da medalha de prata na prova dos 1.500 metros T20 dos Mundiais de atletismo paralímpico".----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

O Senhor Presidente da Mesa pediu aos subscritores dos votos que façam chegar os dados indispensáveis de forma a procedermos conforme requerido, a quem pretendem que façamos chegar os referidos votos. -

Ponto 3. Período da Ordem do Dia. ----------

3.1. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às Insígnias e Distinções Honoríficas – Modelos e Dimensões". ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu, que particularmente como cidadão de Gaia, mas também como Presidente da Assembleia Municipal há quase 10 anos a exercer as funções, finalmente apreciava o assunto., Não devíamos ser diferentes das outras autarquias, onde, de facto, as insígnias aparecem e com os respetivos Presidentes, seja de Câmara, seja das assembleias municipais, sejam mesmo dos senhores deputados. Termos ainda essa distinção que só enobrece o Concelho, se existem é para se fazerem e se utilizarem. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.1. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.2. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores em Regime de Contrato em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para a Carreira e Categoria de Assistente Operacional, área funcional de Ação Educativa, para suprir necessidades futuras nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas do Município de Vila Nova de Gaia". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.2. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.3. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2024 e respetiva criação de 12 (doze) postos de trabalho a afetar à Divisão de Ação Social, com recurso às reservas internas de recrutamento válidas, constituídas nos Procedimentos Concursais (Processos 46/2022 ou 48/2022, 20/2023, 04/2023, 37/2022, 05/2023, 08/2023 e 09/2023), para ocupação de postos de trabalho de Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos, Técnicos Superiores de Psicologia, Economia, Serviço Social, Educação Social e, consequentemente, a Abertura de Procedimentos Concursais comuns, com vista à constituição de vínculo de Emprego Público

por Tempo Indeterminado, na Carreira Geral de Técnico Superior para as áreas de Educação Social, Serviço Social e Animação Sociocultural, bem como métodos de seleção a aplicar e Proposta de Composição de Júri".----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.3. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do CH e 01 da IL). ----------

3.4. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado de 06 (seis) parcelas de terreno, sitas na Travessa da Fontinha, Freguesia de Vilar de Andorinho, a seguir identificadas: • Parcela A, sita na Travessa da Fontinha, com a área de 358,54 m2, a confrontar do Norte com a parcela B, do Sul com Travessa da Fontinha, do Nascente com zona de proteção à autoestrada e do Poente com as parcelas C, D, E, F e Lotes 10 e 11 do alvará n.º 14/87; • Parcela B, sita na Travessa da Fontinha, com a área de 163,78 m2, a confrontar do Norte com o logradouro do Lote 4, do Sul com as parcelas C e A, do Nascente com zona de proteção à autoestrada e do Poente com o Lote 5; • Parcela C, sita na Travessa da Fontinha, com a área de 135,61 m2, a confrontar do Norte com a parcela B, do Sul com a parcela D, do Nascente com a parcela A e do Poente com o Lote 6; • Parcela D, sita na Travessa da Fontinha, com a área de 162,37 m2, a confrontar do Norte com a parcela C, do Sul com a parcela E, do Nascente com a parcela A e do Poente com o Lote 7; • Parcela E, sita na Travessa da Fontinha, com a área de 151,91 m2, a confrontar do Norte com a parcela D, do Sul com a parcela F, do Nascente com a parcela A e do Poente com o Lote 8; • Parcela F, sita na Travessa da Fontinha, com a área de 175,71 m2, a confrontar do Norte com a parcela E, do Sul com os Lotes 10 e 11 do referido alvará, do Nascente com a parcela A e do Poente com o Lote 9. As referidas parcelas de terreno são a desanexar da área cedida ao Domínio Público no âmbito do alvará 14/87 de 11 de março, com destino a Equipamento Escolar e são parte do descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial sob o n.º 73 da Freguesia de Pedroso, sendo omissas à matriz predial por pertencerem ao Domínio Público e destinam-se a acerto de estremas".

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.4. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.5. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Concurso Público com Publicidade Internacional "Fornecimento em regime contínuo de Gás Natural em Edifícios Municipais de Vila Nova de Gaia (2024/2025) – Substituição do Gestor do Contrato – Contrato n.º 136/2024". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.5. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.6. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Prestação de Serviços de Manutenção de terrenos para criação de acessibilidades a infraestruturas críticas de saneamento – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais".----------

3.7. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Prestação de Serviços de Fiscalização da Empreitada de Requalificação do Edifício Sede da Águas de Gaia, EM, SA – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais".----------

Senhor Deputado Alcides do Couto Pereira (CH), disse ser um ponto muito importante, da Gaiurb e da limpeza. Disse, que numa entrada de Gaia, a norte de Espinho, S. Félix da Marinha, no acesso à praia do Brito, e não tendo nada contra os animais nem a natureza, mas no passadiço, tem erva da altura de meio metro e 1m, já não é limpo há mais de meio ano e é triste que, se houver um acidente ou até mesmo uma picadela de inseto, algo assim, quem será o responsável. Se existem funcionários da Suma e outros, é um ponto que deveria ser tomado em atenção. Onde está o passadiço de madeira, feito pela Câmara, aquela deveria inspecionar e zelar por aquilo que existe. Disse, que o Grupo Municipal do CH, não estava contra, os pontos em discussão e iria votar favoravelmente, mas tivessem em atenção o, acesso à praia do Brito. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Dário Silva disse, que no caso concreto do ponto 3.6, tem a ver com situações não recorrentes de limpeza, mas situações críticas, ou seja, a possibilidade de perante alguma eventualidade de necessidade emergente de ter capacidade financeira e, no caso, até mais operacional, de poder limpar para desobstruir aquilo que são as estações elevatórias, canais de água, , é mais um pouco neste sentido e não tanto de outro. De qualquer maneira, registaram a observação que foi feita, sendo que após uma breve troca de impressões com o senhor Vereador do Ambiente, dizer que efetivamente

havia ali uma questão de dificuldade de comprovativo de propriedade, De qualquer maneira, fariam tudo para que ela fosse corrigida. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.6. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.7. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.8. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviços de Assessoria Jurídica – Compliance Anticorrupção – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais". ----------

3.9. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviços de Assessoria Técnica e acompanhamento do Sistema de Gestão Anticorrupção – Norma ISO 37001 – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais" ----------

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD), disse, no âmbito dos pontos 3.8 e 3.9, mais concretamente a aquisição de serviços de assessoria jurídica, Compliance Anticorrupção e acompanhamento também do sistema de gestão anticorrupção, ou seja, dois pontos que estavam preocupados com a problemática da corrupção. E a esse propósito, perguntavam ao Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal o seguinte: em 25/05/2023, após tomarem conhecimento da Operação Babel e dos graves factos indiciados pelo Ministério Público que originaram a detenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Gaia, engenheiro Patrocínio Azevedo, tiveram ocasião de se pronunciarem sobre os factos na Assembleia Municipal e que, sem prejuízo do mérito da Professora Fernanda Paula Oliveira e do Professor Paulo Morais, preferiam que tivesse sido a Inspeção Geral de Finanças, órgão que tutela as autarquias, a efetuar a investigação aos factos ocorridos e não as pessoas atrás referidas. Ora, como já decorreu um ano, gostariam de saber das conclusões das referidas auditorias encomendadas à Professora Fernanda Paula Oliveira e ao Professor Paulo Morais. ----------

Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE), começou por fazer o reconhecimento público da forma como toda a logística implementada pela Câmara Municipal e por todos os seus colaboradores, e o seu empenho na realização do último ato eleitoral para o Parlamento Europeu, que de facto correu muito bem. Quanto aos documentos 3.8 e 3.9, que eram de extrema relevância para a vida do município. Contudo, já há algum tempo e tempo suficiente, foram anunciados com pompa e circunstância as auditorias, os bons processos administrativos de licenciamento urbanísticos, entre outros, e até ao dia nada sabiam. Era verdade serem duas contratações diferentes, mas com dois denominadores comuns: primeiro, o valor de EUR; segundo, a corrupção. Foi uma forma de contornar o artigo 20º do Código de Contratação Pública, que tem como teto então 20.000 EUR. Por um lado, a criatividade: primeiro, 19.900 EUR; segundo, 19.960 EUR. Não queriam que o Senhor Presidente da Câmara, tal como foi veiculado por um jornal naquela semana através de escutas telefónicas e eventualmente num outro processo, tenha o seu percurso profissional enlameado novamente. Igualmente, pedia desculpa ao Deputado único da IL por não terem acompanhado exatamente a sua proposta, a sua moção, algum tempo atrás, para uma auditoria com um objeto bem específico também à Câmara Municipal. Queriam uma resposta clara do Senhor Presidente em exercício sobre aquilo que já foi anunciado, e essa resposta iria condicionar e orientar com certeza o voto em relação aos documentos.-------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Dário Silva disse não poder deixar de registar a criatividade relativamente às questões colocadas, partindo do pressuposto que o que estava em análise do ponto não tinha rigorosamente nada a ver com o que foi colocado do ponto de vista da questão, particularmente do senhor deputado Fernando Almeida, porque, pelo que saiba, do que leu dos documentos que estavam sujeitos a votação, tinha a ver apenas com um pedido da empresa Águas de Gaia, que estão a perspetivar a elaboração desses documentos e para os quais solicitavam autorização para abertura de procedimentos para contratação de técnicos para poder fazer. Portanto, não compreendia o que efetivamente tinha a ver com a questão que foi colocada. De qualquer maneira, para que o senhor deputado João Martins não ficasse sem resposta, daria aquela resposta que também o Senhor Presidente deixou, que era público, ou seja, há um processo de auditoria que foi iniciado. Dois processos que estão sob segredo de justiça e, enquanto ele se mantiver. Não esperariam que houvesse outra resposta que não fosse aquela, que foi formulada pelo Senhor Presidente da Câmara naquela semana à comunicação social.----------

Pedido de Esclarecimento do Senhor Deputado Paulo José Melo Martins (PSD) disse, o que se estava a discutir eram dois pontos de encargos plurianuais. Ou seja, não era o teor dos concursos, porque isso era outra questão, embora concorde com alguém que disse que foi preciosismo, 19.900€ ou 19 960 agora, , a partir do momento em que o PSD afirmou, quando a IL Liberal trouxe ali, não se recordava se uma Moção ou uma Recomendação por causa das auditorias e pelos pontos que estavam em causa, na altura, em investigação, um deles já se sabe o resultado e outro está-se à espera do recurso. Por isso aquela coisa da justiça o que é da justiça e à política o que é da política, mais ou menos, aqui temos um papel fiscalizador de

toda atividade municipal de todos. Os dois processos de auditoria que foram anunciados pelo Senhor Presidente da Câmara, um deles efetivamente tinha a ver com isso, mas o outro não tinha nada a ver com isso e nem tinha nada a ver com nenhum dos processos que estão no momento, em justiça, tinha a ver só e simplesmente com auditoria aos processos, aos procedimentos do funcionamento da Gaiurb e nada a ver com nenhum daqueles processos e por isso, se havia resultado a pergunta era outra, já foi concluído o processo, e se existia ou não resultado. E se sim, quando é que seriam facultados. Porque em nada aquilo tinha a ver com os processos que estavam a falar.----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Dário Silva agradeceu a questão colocada e repetiu exatamente o mesmo, não mudava nem uma vírgula do que disse anteriormente, até porque conhecia os casos. Muitos deles têm interligações e, portanto, valem o que valem, portanto, não mudaria nada do que foi dito naquela semana. O senhor deputado reagiria como quisesse, aliás, já o tinha feito publicamente, não acrescentaria mais relativamente a isso.----------

Pedido de Esclarecimento do Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto (IL), começou por agradecer ao grupo municipal do BE pelo pedido de desculpas, e que talvez votassem a favor na próxima oportunidade. Que a transparência deveria sempre triunfar, "remam" todos para o mesmo lado, que é o lado dos gaienses, e entendemos que, de facto, aquela Recomendação, era no interesse dos gaienses, não envolvia interesse em nenhuma luta política, nenhuma luta partidária. Referindo a sociedade de advogados do Dr. Aguiar Branco e o preço dos seus serviços disse ser curioso, no caso da contratação pública, porque o artigo 20º, do código da contratação pública, prevê várias formas de contratação pública, através de concurso público, que é a forma mais usual, mas também permite o ajuste direto até 20000€. Não deixa de ser curioso termos, de facto, preços muito próximos de 20000 euros, mas que não ultrapassam os 20000 euros. Gostaria de saber, em que sentido foi naturalmente negociado aqueles valores, saber um pouco em que sentido, utilizou referências de mercado no mesmo tipo de processos de implementação daquele tipo de práticas, de políticas ISO. Porque, de facto, aquele valor merecia algum esclarecimento para todos os gaienses. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Dário Silva disse que os documentos eram suficientemente esclarecedores. Os valores estavam lá, as entidades a contratar eram insuspeitas como o deputado referiu, porque as conhecia bem. Portanto, era aquilo que os senhores os deputados podiam votar.

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.8. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 43 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 da CDU e 01 do CH) e 04 abstenções (02 do BE, 01 do PAN e 01 da IL). ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.9. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 43 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 da CDU e 01 do CH) e 04 abstenções (02 do BE, 01 do PAN e 01 da IL). ----------

3.10. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Assessoria Técnica a Procedimento de Contratação Pública de Prestação de Serviços de recolha e transporte a destino final adequado de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana no Concelho de Vila Nova de Gaia – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais". ----------

3.11. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Assessoria Técnica a Procedimento de Contratação Pública de Prestação de Serviços de recolha e transporte a destino final adequado de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana no Concelho de Vila Nova de Gaia – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.10. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.11. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.12. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviço de suporte de equipamentos do Datacenter Municipal e apoio técnico especializado para o Município de Vila Nova de Gaia – Reformulação dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: •Ano 2024 - € 7.760,00 (sete mil, setecentos e sessenta euros) – (80 horas); •Ano 2025 - € 9.700,00 (nove mil e setecentos euros) – (100 horas); •Ano 2026 - € 9.700,00 (nove mil e setecentos euros) – (100 horas); •Ano 2027 - € 1.940,00 (mil, novecentos e quarenta euros) – (20 horas). (Valores sem IVA incluído)" ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.12. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.13. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviço de suporte de equipamentos do Datacenter Municipal e apoio técnico especializado para o Município de Vila Nova de Gaia – Reformulação dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: •Ano 2024 - € 7.760,00 (sete mil, setecentos e sessenta euros) – (80 horas); •Ano 2025 - € 9.700,00 (nove mil e setecentos euros) – (100 horas); •Ano 2026 - € 9.700,00 (nove mil e setecentos euros) – (100 horas); •Ano 2027 - € 1.940,00 (mil, novecentos e quarenta euros) – (20 horas). (Valores sem IVA incluído)".----------

Senhor Deputado Joaquim José Pereira da Silva (PS) disse estarmos ali a votar a reprogramação dos encargos com a unidade de saúde dos carvalhos, importante investimento para o Concelho, em concreto para a freguesia de Pedroso e Seixezelo, ambicionada há décadas pela população. Depois de selecionada a melhor localização para o equipamento, de entre as várias hipóteses que existiam, da elaboração do projeto, entre outros, em 19 de Fevereiro do presente ano, eis que aspetos legais e processuais externos à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia atrasaram o arranque da obra, o executivo da Junta de Freguesia de Pedroso e Seixezelo registava com agrado a vontade política e a capacidade financeira do município para a concretização da mesma, conforme documento em anexo **(vide anexo 3)**.----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.13. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

<u>3.14. da Ordem de Trabalhos</u> "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Contrato Programa e Instrumentos de Gestão Previsional 2024 da Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM". ----------

Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD) justificou-se dizendo que embora não fosse o ponto aproveitou o assunto para falar de anticorrupção e de corrupção e para saberem das auditorias. No âmbito deste ponto 3.14, gostava de colocar a questão: de quantos fogos de habitação social foram entregues pelo município a famílias necessitadas desde setembro/outubro de 2013. E quantos, com dados atualizados, previam entregar dali até setembro de 2025. Por outro lado, ao consultar o número de fogos de habitação social existentes em Vila Nova de Gaia, constatavam que em Vila Nova de Gaia, consultando www.gaia.gaiaurbe.pt, havia em 2009, 3397 fogos; em 2011, 3622; em 2012, 3631; e em 2015, 3435. Neste âmbito, não havia mais dados posteriormente a 2015. Gostaria de saber a razão e quantos fogos de habitação social existiam em 31/12/2023. Evidentemente, podem não ter os dados à mão e, compreendiam isso perfeitamente, mas pelo menos de quantos fogos havia em 31/12/2023 em Vila Nova de Gaia. fizeram a pesquisa, mas não encontraram dados rigorosos.----------

Senhor Deputado João Paulo Rebelo da Silva (PS) relativamente ao contrato-programa e instrumentos de gestão provisional entre a câmara Municipal de vila Nova de Gaia e a Gaiurb, destacava algumas notas sobre o documento em análise: a Empresa finalizou em dezembro último o processo de implementação do Sistema de Gestão Anticorrupção; a Gaiurb está presente no projeto Check, um projeto de automatização que é feita no âmbito europeu e em articulação com municípios e Universidades de toda a União; com a entrada em vigor das alterações ao Regime Jurídico de Urbanização e Edificação a 4 de março de 2024, foram introduzidas alterações importantes ao nível dos procedimentos aplicáveis e nesse sentido, foi preparado pela Gaiurb um simulador de procedimentos urbanísticos com o objetivo de ajudar a uma melhor compreensão das alterações. Destacava dois projetos que marcantes pela sua importância e até pela sua singularidade, o Projeto divertir com saber (envolvendo a matemática e o xadrez) e a Escola oficina. Projetos reconhecidos e premiados, o que atesta a qualidade e a pertinência do seu desenvolvimento. A intenção com estas referências era de trazer á Assembleia aquilo que tem sido parte do trabalho da Gaiurb e que mostra o quanto ela é estruturante do desenvolvimento do nosso concelho, sobretudo na área da habitação. Estavam a tentar provar todos os dias que os problemas de um, são os problemas de todos' Acreditavam e por isso subscreviam

aquela proposta, acreditando que todos os acompanhariam, conforme documento em anexo **(vide anexo 4)**.

Senhor Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Dário Silva disse fazer suas as palavras do senhor deputado, aliás, tinha previsto fazer uma intervenção no mesmo sentido, sobretudo de valorização daquilo que tem sido o papel muito importante da Gaiurb, que não se resignava à questão dos licenciamentos, como foi visto com um conjunto alargado de projetos, vai muito para além disso, no sentido da captação de investimento, como foi a presença no MIPIM com a Frente Atlântica, com o município de Matosinhos e do Porto, mas sobretudo, se calhar poderia estar na sala técnicos ou eventualmente gente da área que poderia dizer e avalizar se aquilo que estava a dizer era mentira, na capacidade de acesso e na rapidez, que, apesar de tudo, é condicionada nos tempos em que a pressão imobiliária no momento e o número de licenciamentos, como foi, ainda há pouco tempo público na imprensa, Gaia no momento atual é o município com maior número de licenciamentos. Apesar de todas as dificuldades, apesar da pressão, a imagem que tem passado do ponto de vista do funcionamento da empresa é extremamente positivo, extremamente inovador, extremamente capaz de se ajustar ao momento e sobretudo, também uma empresa que tem tido o cuidado da valorização dos seus profissionais, nenhuma empresa consegue estar a capaz de servir neste caso o município, o mercado se os seus profissionais não estiverem devidamente capacitados e tem havido um esforço grande por parte do Conselho de Administração, não só no investimento técnico, há sempre novas performances exigidas do ponto de vista de software e da exigência do próprio hardware, portanto, tem havido esse esforço numa empresa que se pauta pelo seu equilíbrio financeiro, pelo seu rigor no sentido de que isso seja permitido, que os seus profissionais possam ser valorizados para poderem continuar assegurar e a dar a resposta que efetivamente é necessário destacar, também toda essa componente social que a obviamente também tem esse trabalho muito próximo das suas técnicas nas urbanizações, numa atividade muito importante, com os mais novos no sentido do apoio ao estudo, na organização de muitas atividades de lazer, sobretudo de âmbito pedagógico, que são feitas com as crianças das urbanizações etc. Esse é um papel que também tem de ser destacado uma vez que discutiam o contrato programa e era da mais elementar justiça fazê-lo. Relativamente àquilo que tem sido o trabalho, ainda recentemente diria que há 8 dias ou 15 dias tiveram a apresentação daquilo que foram os resultados de um programa nacional, que neste caso teve o apoio, digamos, e colaboração municipal que foi o "BUPI", o balcão de registo das propriedades rurais, o responsável destacou a Gaiurb como sendo efetivamente a empresa a nível nacional que melhor trabalhou, e o melhor exemplo disso é que ganhou um prémio nacional. Quanto à questão do número de fogos, dizer que se comprometia efetivamente a fazer um levantamento que não sabia de cabeça, respondendo ao senhor deputado. Alertando que esses números serão sempre flutuantes. Porque ao longo do ano há sempre um conjunto de habitações que vão ficando vagas, até porque há contingências sociais que acontecem, pessoas que se deslocam para outros concelhos. Há pessoas que falecem, e no meio deste

processo todo, há sempre um conjunto significativo de casas que carecem serem renovadas, requalificadas, porque infelizmente, elas são muito maltratadas e, portanto, há naturalmente uma flutuação relativamente ao número sempre anual. Outras muitas vezes são ajustadas a próprios projetos que a Câmara vai desenvolvendo e que carecem. Eventualmente isso o apoio à vítima e por aí fora, mas ficando com isso, de qualquer maneira, ficaria responsável por fazer chegar essa informação, pediria pessoalmente ao Conselho de Administração que o faça e já agora também acrescentaria o número de habitações que estão a ser construídas, aprovadas no âmbito da nossa estratégia local de habitação e que, apesar de tudo nos orgulhará a todos. ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.14. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 32 votos a favor (18 do PS, 11 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 da CDU e 01 do PAN) e 11 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH e 01 da IL). ----------

3.15. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: •Postura Municipal de Trânsito na Rua de São Tiago, Freguesia de Oliveira do Douro; •Posturas Municipais de Trânsito na Rua de Carolina da Costa, Freguesia de Canelas; • Postura Municipal de Trânsito na Alameda do Cedro, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; •Postura Municipal de Trânsito na Rua da Fartinha, Freguesia de Arcozelo; •Postura Municipal de Trânsito na Rua de Pádua Correia, Freguesia de Valadares; •Postura Municipal de Trânsito na Rua Clube dos Caçadores, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; •Postura Municipal de Trânsito na Rua de Gil Vicente, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; •Postura Municipal de Trânsito na Rua das Alminhas de Figueiredo, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; •Postura Municipal de Trânsito na Rua Gonçalves de Castro, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.15. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.16. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: •Postura Municipal de Trânsito na Rua de São Tiago, Freguesia de Oliveira do Douro; •Posturas Municipais de Trânsito na Rua de Carolina da Costa, Freguesia de Canelas; • Postura Municipal de Trânsito na Alameda do Cedro, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; •Postura Municipal de Trânsito na Rua da Fartinha, Freguesia de Arcozelo; •Postura Municipal de Trânsito na Rua de Pádua Correia, Freguesia de Valadares; •Postura Municipal de Trânsito na Rua Clube dos Caçadores, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; •Postura Municipal de Trânsito na Rua de Gil Vicente, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; •Postura Municipal de Trânsito na Rua das Alminhas de Figueiredo, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; •Postura Municipal de Trânsito na Rua Gonçalves de Castro, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo". ----------.

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.16. ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade,** conforme documento em anexo **(vide anexo 5)**. ----------

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 22 horas e 32 minutos do dia 13 de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.----------

A Primeira Secretária

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

(Albino Pinto de Almeida)

Anexo I

PARTIDO SOCIALISTA
GRUPO MUNICIPAL | VILA NOVA DE GAIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

VOTO DE LOUVOR
AO
SPORTING CLUBE DE COIMBRÕES

Exmo. Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Exmo. Presidente da Câmara,

Exmos. Vereadores,

Exmos. Presidentes, de Juntas de Freguesia,

Exmos. Deputados Municipais,

Polícia Municipal,

Comunicação Social,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 1

É com enorme prazer que me encontro aqui hoje para propor um Voto de Louvor ao Sporting Clube de Coimbrões, um clube centenário que se destaca como um verdadeiro baluarte desportivo da união de freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada e do concelho de Vila Nova de Gaia.

Fundado em 25 de outubro de 1920, prestes a fazer 104 anos, o Sporting Clube de Coimbrões tem sido um pilar fundamental no desenvolvimento desportivo e social da nossa comunidade. Ao longo da sua rica história, o clube não apenas cultivou talentos e promoveu o espírito desportivo, como também fortaleceu os laços de amizade entre todos, designadamente associados, atletas, treinadores, dirigentes e população em geral.

O Coimbrões é um clube eclético que brilha em diversas modalidades, proporcionando oportunidades para homens e mulheres, jovens e adultos, de se envolverem em atividades saudáveis e construtivas. Desde o futebol, tanto masculino como feminino, passando pelo futsal, basquetebol e patinagem artística, o clube oferece uma plataforma para que os atletas possam desenvolver as suas competências, competir e crescer tanto no desporto como na vida, aqui em particular, a excelente aposta na formação de centenas de jovens.

Hoje, estamos aqui para celebrar conquistas recentes que enchem de orgulho todos os munícipes de Vila Nova de Gaia. O Sporting Clube de Coimbrões alcançou um feito extraordinário ao vencer a Taça da Associação de Futebol do Porto. Esta vitória não é apenas um testemunho da capacidade e dedicação dos nossos atletas, mas também da competência e visão dos treinadores, dirigentes e de todos os que trabalham incansavelmente nos bastidores do clube.

Além disso, o Coimbrões também venceu a Divisão de Elite de futebol 2023/24, garantindo assim a merecida promoção ao Campeonato de Portugal. Estas conquistas são o resultado de um trabalho árduo, de uma gestão competente e de um espírito de equipa inquebrável. É a prova de que com determinação, esforço coletivo e paixão, podemos alcançar patamares ainda mais altos.

Creiam, a Dobradinha é obra! Temos orgulho.

Não podemos deixar de reconhecer o papel fundamental da nossa Câmara Municipal, que tem sido incansável no apoio ao desporto destacando aqui, entre inúmeras apostas, o pagamento das inscrições dos milhares atletas das camadas jovens nas diversas modalidades, bem como, na criação de infraestruturas desportivas que permitem alcançar os resultados esperados. Este suporte é crucial para que os jovens talentos possam desenvolver-se num ambiente adequado, com todas as condições necessárias para evoluírem nas diversas modalidades oferecidas pelos clubes gaienses.

Estas vitórias são mais do que troféus; são símbolos do potencial e da resiliência da nossa comunidade. Elas inspiram os nossos jovens a sonharem alto e a lutarem pelos seus objetivos, sabendo que, com dedicação e espírito de equipa, podem superar desafios e alcançar grandes realizações.

Portanto, é com imenso orgulho que propomos este Voto de Louvor ao Sporting Clube de Coimbrões. Que este reconhecimento sirva como um estímulo para continuar a trilhar este caminho de sucesso, promovendo o desporto e contribuindo para o desenvolvimento social e humano da nossa freguesia e do nosso concelho.

Que este Voto de Louvor seja também um agradecimento a todos os membros do clube – atletas, treinadores, dirigentes, sócios e adeptos – pelo empenho, dedicação e amor ao desporto que demonstram diariamente. E claro, um agradecimento especial ao nosso município, cujo apoio é inestimável para que estas conquistas se tornem realidade.

Este voto, a ser aprovado por esta Assembleia Municipal, deverá ser remetido à direção do Sporting Clube de Coimbrões.

Viva o Coimbrões! Viva o desporto e a nossa comunidade!

Vila Nova de Gaia, 13 de junho de 2024

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

(Manuel Paulo Lopes)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 2

Voto de Saudação

a

Sandro Baessa

(pela conquista da medalha de prata na prova dos 1.500 metros T20 (deficiência intelectual) dos Mundiais de Atletismo Paralímpico)

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia,

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Exmos. Srs. Vereadores,

Exmos. Presidentes de Junta de freguesia e uniões de freguesias,

Exmos. Deputados Municipais,

Polícia Municipal,

Colaboradores da Câmara Municipal,

Comunicação Social,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Sandro Patrício Correia Baessa conquistou na madrugada de 24 de maio, a medalha de prata nos 1500 metros T20 (deficiência intelectual) do Campeonato do Mundo de Atletismo Paralímpico de Kobe, no Japão, onde se desenrolou a competição, com o tempo de 3:55.84 minutos. Esta marca reforçou a sua presença nos Jogos Paralímpicos de Paris, que decorrem este verão.

Atleta do Clube de Futebol Oliveira do Douro, Sandro Baessa, jovem de 25 anos, obteve resultado notável, sagrando-se vice-campeão do mundo.

Profissional de alto rendimento, está no patamar mais elevado do desporto em Portugal, representando até ao momento, unicamente, o Clube de Futebol de Oliveira do Douro, clube desportivo que desenvolve um trabalho verdadeiramente inclusivo.

Treina diariamente e, por vezes, realiza treinos bi diários no Estádio Municipal, sob a orientação do Oliveirense Rui Pinto, com apoio da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, que reconhecem a Sandro Baessa a categoria de um atleta de eleição.

A entrega e dedicação à modalidade que tanto ama, contribui para catapultar o Desporto Adaptado, a nível local e nacional, seguindo o excelente exemplo Gaiense no que ao Desporto em geral diz respeito.

Assim, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida a 13 de junho de 2024, delibera:

1. Saudar Sandro Patrício Correia Baessa pela conquista da medalha de prata nos 1500 metros T20 (deficiência intelectual) do Campeonato do Mundo de Atletismo Paralímpico de Kobe, no Japão, em 24 de maio de 2024;
2. Enviar esta deliberação ao atleta (Sandro Patrício Correia Baessa), ao seu treinador (Rui Pinto) e à direção do Clube de Futebol de Oliveira do Douro.

Vila Nova de Gaia, 13 de junho de 2024

Pelo Grupo Parlamentar do PS,

(Filinto Virgílio Ramos Lima)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 3

GRUPO PARLAMENTAR
PRESIDENTES DE JUNTA

(3)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Exmª Mesa
Exmº Sr. Presidente da Câmara (em exercício) e restante vereação,
Caros Deputados municipais,
Estimável público,
Minhas senhoras e meus senhores

Muito boa noite,

Estamos a votar a reprogramação dos encargos com a Unidade de Saúde dos Carvalhos.
Este importante investimento para o Concelho e, em concreto, para a Freguesia de Pedroso e Seixezelo, ambicionado há décadas pela população, viu no atual ciclo autárquico a capacidade e vontade política para o concretizar.

Depois de selecionada a melhor localização para o equipamento, de entre as várias hipóteses que existiam, da elaboração do projeto, da abertura do concurso e da deliberação em reunião de câmara para a adjudicação ao vencedor do concurso em 19 de fevereiro deste ano, eis que aspetos legais e processuais, externos à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, atrasam o arranque desta obra.

O executivo da Junta de Freguesia de Pedroso e Seixezelo regista com agrado a vontade política e a capacidade financeira do Município para a concretização da obra, assim como o empenho pessoal do Sr.º Presidente da Câmara Municipal, estando certo que com paciência e arte, esta situação será ultrapassada, possibilitando o arranque desta obra há muito aguardada.

Disse.

(Joaquim José Silva – Tesoureiro da Junta da UF de Pedroso e Seixezelo)

Vila Nova de Gaia, 13 de Junho de 2022

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Exmo. Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia,

Emª Srª Secretárias,

Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia,

Exmos. Vereadores,

Exmos. Presidentes, de Juntas de Freguesia,

Exmos. Deputados Municipais,

Polícia Municipal,

Comunicação Social,

Funcionários da Autarquia,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 4

Boa noite,

No ponto que o executivo aqui nos trás somos chamados a analisar a proposta de contrato-programa e instrumentos de gestão provisional entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e a Gaiurb. Permitam-me que comece por destacar algumas notas sobre o documento que aqui temos em análise:

- A Empresa finalizou em dezembro último o processo de implementação do Sistema de Gestão Anticorrupção, algo certificado pela norma anticorrupção (ISO 37001).

- A Gaiurb está presente no projeto Check, onde se pretende ir para lá da política *nopaper* que é já uma marca forte da empresa. Um projeto de automatização que é feita no âmbito europeu e em articulação com municípios e Universidades de toda a União.

- Com a entrada em vigor das alterações ao Regime Jurídico de Urbanização e Edificação a 4 de março de 2024, foram introduzidas alterações importantes ao nível dos procedimentos aplicáveis. Nesse sentido, foi preparado pela Gaiurb um simulador de procedimentos urbanísticos com o objetivo de ajudar a uma melhor compreensão das alterações. Já disponível no respetivo site, feito "em casa" o que o torno ainda mais incrível e que "todos querem copiar".

- Cannes, MIPIM 2024- a maior feira mundial do setor imobiliário. Uma presença com o objetivo principal de atrair investimentos no setor da habitação. O "Greater Porto", que é formado pelos municípios de Gaia, Porto e Matosinhos, tem como objetivo atrair investimentos de €10 mil milhões até o final da década, com ênfase especial no setor de habitação. A meta é construir mais de 45 mil novas casas até 2030. A estratégia colaborativa enfatiza o desenvolvimento de uma área que é composta por três concelhos diferentes, mas que têm objetivos comuns. Lado a lado com *urbes* como Munique ou Barcelona, podemos assegurar o sucesso deste momento!

- Queria também destacar dois projetos que são marcantes pela sua importância e até pela sua singularidade – o Projeto divertir com saber (envolvendo a matemática e o xadrez) e a Escola Oficina. Projetos reconhecidos e premiados, o que atesta a qualidade e a pertinência do seu desenvolvimento.

Poderia continuar, mas creio que ficou para todos clara a importância da Gaiurb na nossa comunidade, a sua capacidade de inovar, o seu compromisso em fazer parte das soluções que todos desejamos. A nossa intenção com estas referências é a de trazer a esta Assembleia aquilo que tem sido parte do trabalho da Gaiurb e que mostra o quanto ela é estruturante do desenvolvimento do nosso concelho, sobretudo na área da habitação. E, se há área que se encontra no amago da ação política de alguém é o da habitação e, até por isso, lhe chamamos primeiro direito.

Disse aqui neste púlpito há uns meses:

"No ano em que celebramos os cinquenta anos do 25 de abril podemos afirmar que há áreas da nossa comunidade em que conseguimos cumprir abril – a Escola Pública, o Sistema Nacional de Saúde, a Segurança Social.

Podemos, na mesma medida reconhecer que na habitação ficou muito por fazer.

O problema da habitação é um dos mais delicados do nosso país, embora por toda a Europa este seja um problema que afeta, de forma mais ou menos séria, todos os países.

É, até por isso, importante reconhecer a importância do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência. Uma oportunidade que o país não pode perder, uma oportunidade que também nós, aqui em Vila Nova de Gaia, não podemos desperdiçar."

Podemos todos reconhecer que o investimento feito pela autarquia no âmbito da estratégia local de habitação é a prova de que o PRR chega às famílias, como chega o Metro ou tantos outros investimentos.

O nosso Executivo Municipal não começou a sua aposta hoje. Este é um processo constituído por várias etapas e com várias modalidades.

A poucos dias do arranque das olimpíadas de Paris volto à metáfora desportiva.

Há medidas que são como as provas de 100 metros onde precisamos de recorrer à inspiração do *Usain Bolt* para responder às urgências de cada momento.

Refiro, a título de exemplo, o apoio ao arrendamento ou o arrendamento jovem. Como poderia referir as questões em torno da eficiência energética ou até o que foi feito (e pago!) em Vila D'Este.

O diagnóstico realizado no nosso concelho aponta para 3190 famílias em carência habitacional. Penso que todos me acompanharão quando dizemos que há momentos – como este, em que a inspiração é a maratona. Quando precisamos de medidas mais complexas, de maior alcance. Como aqui disse, 3190 famílias diagnosticadas.

O trabalho preparatório realizado pela Gaiurb permite o lançamento de editais na casa dos 80 milhões de euros.

Voltando à metáfora do atletismo, imaginem agora uma prova de estafetas. Temos trazido aqui várias iniciativas que visam promover a habitação no nosso concelho e que visam ajudar as famílias numa área tão sensível.

Ora, esta proposta hoje aqui em apreço é estruturante de todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e do que ainda precisamos fazer. Estamos, como repetidamente temos dito, a tentar provar todos os dias que os problemas de um, são os problemas de todos.

Acreditamos e por isso subscrevemos esta proposta, acreditando que vamos ser acompanhados por todos.

Vila Nova de Gaia, 13 de junho de 2024

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 5

MINUTA DE ~~ATA Nº 51~~

Reunião Extraordinária de 13.06.2024

Ao décimo terceiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Extraordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. **Foram a Votação as seguintes Atas:** ----------
   a) Foi a Ata nº 44 de 22 de fevereiro de 2024, **Aprovado por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------
   b) Foi a Ata nº 45 de 29 de fevereiro de 2024, **Aprovado por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------
   c) Foi a Ata nº 46 de 14 de março de 2024, **Aprovado por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------
   d) Foi a Ata nº 47 de 11 de abril de 2024, **Aprovado por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------
   e) Foi a Ata nº 48 de 18 de abril de 2024, **Aprovado por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------
   f) Foi a Ata nº 49 de 29 de abril de 2024, **Aprovado por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------
   g) Foi a Ata nº 50 de 09 de maio de 2024, **Aprovado por Unanimidade**, de acordo com o nº 3 do artigo 34º do CPA. ----------

2. **Foi um Voto de Louvor,** apresentado pelo Grupo Municipal do PS, do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta do PS e subscrito pelo Grupo Municipal do PSD "Sporting Clube de Coimbrões", **Aprovado por Unanimidade**. ----------
3. **Foi um Voto de Saudação,** apresentado pelo Grupo Municipal do PS e do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta do PS a "Sandro Baessa pela conquista da medalha de prata na prova dos 1.500 metros T20 dos Mundiais de atletismo paralímpico", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

4. No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: ----------

a) Foi o ponto 3.1. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às Insígnias e Distinções Honoríficas – Modelos e Dimensões", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

b) Foi o ponto 3.2. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para constituição de reserva de recrutamento de trabalhadores em Regime de Contrato em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, para a Carreira e Categoria de Assistente Operacional, área funcional de Ação Educativa, para suprir necessidades futuras nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas do Município de Vila Nova de Gaia", **Aprovado por Unanimidade**. --------

c) Foi o ponto 3.3. da Ordem de Trabalhos "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2024 e respetiva criação de 12 (doze) postos de trabalho a afetar à Divisão de Ação Social, com recurso às reservas internas de recrutamento válidas, constituídas nos Procedimentos Concursais (Processos 46/2022 ou 48/2022, 20/2023, 04/2023, 37/2022, 05/2023, 08/2023 e 09/2023), para ocupação de postos de trabalho de Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos, Técnicos Superiores de Psicologia, Economia, Serviço Social, Educação Social e, consequentemente, a Abertura de Procedimentos Concursais comuns, com vista à constituição de vínculo de Emprego Público por Tempo Indeterminado, na Carreira Geral de Técnico Superior para as áreas de Educação Social, Serviço Social e Animação Sociocultural, bem como métodos de seleção a aplicar e Proposta de Composição de Júri", **Aprovado por Maioria**, com 40 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 01 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do CH e 01 da IL). ----------

d) Foi o ponto 3.4. da Ordem de Trabalhos Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado de 06 (seis) parcelas de terreno, sitas na Travessa da Fontinha, Freguesia de Vilar de Andorinho, a seguir identificadas: ----------

- Parcela A, sita na Travessa da Fontinha, com a área de 358,54 m2, a confrontar do Norte com a parcela B, do Sul com Travessa da Fontinha, do Nascente com zona de proteção à autoestrada e do Poente com as parcelas C, D, E, F e Lotes 10 e 11 do alvará n.º 14/87;
- Parcela B, sita na Travessa da Fontinha, com a área de 163,78 m2, a confrontar do Norte com o logradouro do Lote 4, do Sul com as parcelas C e A, do Nascente com zona de proteção à autoestrada e do Poente com o Lote 5; ----------

- Parcela C, sita na Travessa da Fontinha, com a área de 135,61 m2, a confrontar do Norte com a parcela B, do Sul com a parcela D, do Nascente com a parcela A e do Poente com o Lote 6; ----------
- Parcela D, sita na Travessa da Fontinha, com a área de 162,37 m2, a confrontar do Norte com a parcela C, do Sul com a parcela E, do Nascente com a parcela A e do Poente com o Lote 7; ----------
- Parcela E, sita na Travessa da Fontinha, com a área de 151,91 m2, a confrontar do Norte com a parcela D, do Sul com a parcela F, do Nascente com a parcela A e do Poente com o Lote 8; ----------
- Parcela F, sita na Travessa da Fontinha, com a área de 175,71 m2, a confrontar do Norte com a parcela E, do Sul com os Lotes 10 e 11 do referido alvará, do Nascente com a parcela A e do Poente com o Lote 9. ----------

As referidas parcelas de terreno são a desanexar da área cedida ao Domínio Público no âmbito do alvará 14/87 de 11 de março, com destino a Equipamento Escolar e são parte do descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial sob o n.º 73 da Freguesia de Pedroso, sendo omissas à matriz predial por pertencerem ao Domínio Público e destinam-se a acerto de estremas". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

e) **Foi o ponto 3.5. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Concurso Público com Publicidade Internacional "Fornecimento em regime contínuo de Gás Natural em Edifícios Municipais de Vila Nova de Gaia (2024/2025) – Substituição do Gestor do Contrato – Contrato n.º 136/2024", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

f) **Foi o ponto 3.6. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Prestação de Serviços de Manutenção de terrenos para criação de acessibilidades a infraestruturas críticas de saneamento – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

g) **Foi o ponto 3.7. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Prestação de Serviços de Fiscalização da Empreitada de Requalificação do Edifício Sede da Águas de Gaia, EM, SA – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

h) **Foi o ponto 3.8. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviços de Assessoria Jurídica – Compliance Anticorrupção – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais", **Aprovado por Maioria**,

com 43 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 da CDU e 01 do CH) e 04 abstenções (02 do BE, 01 do PAN e 01 da IL). ----------

i) **Foi o ponto 3.9. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviços de Assessoria Técnica e acompanhamento do Sistema de Gestão Anticorrupção – Norma ISO 37001 – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais", **Aprovado por Maioria**, com 43 votos a favor (19 do PS, 15 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 01 do CDS-PP, 02 da CDU e 01 do CH) e 04 abstenções (02 do BE, 01 do PAN e 01 da IL). ----------

j) **Foi o ponto 3.10. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Assessoria Técnica a Procedimento de Contratação Pública de Prestação de Serviços de recolha e transporte a destino final adequado de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana no Concelho de Vila Nova de Gaia – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

k) **Foi o ponto 3.11. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Assessoria Técnica a Procedimento de Contratação Pública de Prestação de Serviços de recolha e transporte a destino final adequado de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana no Concelho de Vila Nova de Gaia – Autorização de Despesa – Encargos Plurianuais", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

l) **Foi o ponto 3.12. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Aquisição de Serviço de suporte de equipamentos do Datacenter Municipal e apoio técnico especializado para o Município de Vila Nova de Gaia – Reformulação dos Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

- Ano 2024 - € 7.760,00 (sete mil, setecentos e sessenta euros) – (80 horas); ----------
- Ano 2025 - € 9.700,00 (nove mil e setecentos euros) – (100 horas); ----------
- Ano 2026 - € 9.700,00 (nove mil e setecentos euros) – (100 horas); ----------
- Ano 2027 - € 1.940,00 (mil, novecentos e quarenta euros) – (20 horas). ----------

(Valores sem IVA incluído)", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

m) **Foi o ponto 3.13. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Construção da Unidade de Saúde dos Carvalhos – Reprogramação de Encargos, em cumprimento do art.º 22.º do DL nº 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: ----------

- Ano 2024 - € 1.148.333,33 (um milhão, cento e quarenta e oito mil, trezentos e trinta e três euros e trinta e três cêntimos; ----------
- Ano 2025 - € 3.445.000,00 (três milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil euros);
- Ano 2026 - € 2.296.666,67 (dois milhões, duzentos e noventa e seis mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos). ----------

(Valores com IVA incluído)", **Aprovado por Unanimidade**. ----------

n) **Foi o ponto 3.14. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Contrato Programa e Instrumentos de Gestão Previsional 2024 da Gaiurb – Urbanismo e Habitação, EM", **Aprovado por Maioria**, com 32 votos a favor (18 do PS, 11 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 da CDU e 01 do PAN) e 11 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH e 01 da IL). ---

o) **Foi o ponto 3.15. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

- Postura Municipal de Trânsito na Rua de São Tiago, Freguesia de Oliveira do Douro;
- Posturas Municipais de Trânsito na Rua de Carolina da Costa, Freguesia de Canelas; ----
- Postura Municipal de Trânsito na Alameda do Cedro, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua da Fartinha, Freguesia de Arcozelo; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua de Pádua Correia, Freguesia de Valadares; --------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Clube dos Caçadores, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua de Gil Vicente, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua das Alminhas de Figueiredo, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Gonçalves de Castro, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo". ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

p) **Foi o ponto 3.16. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito: ----------

- Postura Municipal de Trânsito na Rua D. Manuel II, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; ----------

- Postura Municipal de Trânsito na Rua Conceição Fernandes, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso; ----------
- Postura Municipal de Trânsito na Rua Gonçalves de Castro, União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo. ----------

Aprovado por Unanimidade. ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 22 horas e 32 minutos do dia 13 de junho de 2024, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade.** ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA

(Maria Fernanda Almeida M. Sousa, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Albino Almeida, Dr.)